

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrainer*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 894/2019-PGJ, DE 15.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do Curso “Métodos de detecção da verdade”, a realizar-se no dia 20.3.2019, das 18h às 22h, e nos dias 21 e 22.3.2019, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no prédio-sede da ESMP-MS, Av. Ricardo Brandão, nº 232, Bairro Itanhangá Park, em Campo Grande – MS.

Membros:

- Aline Mendes Franco Lopes
- Andréia Cristina Peres da Silva
- Antenor Ferreira de Rezende Neto
- Antonio André David Medeiros
- Antonio Siufi Neto
- Bianka Machado Arruda Mendes
- Camila Augusta Calarge Doreto
- Clarissa Carlotto Torres
- Daniel do Nascimento Britto
- Douglas Silva Teixeira
- Edival Goulart Quirino
- Elcio Felix D’Angelo
- Felipe Almeida Marques
- Fernanda Rottili Dias
- Fernando Jamusse
- George Cassio Tiosso Abbud
- Izonildo Gonçalves de Assunção Junior
- João Meneghini Girelli
- Jui Bueno Nogueira
- Juliana Nonato
- Juliana Pellegrino Vieira
- Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
- Lia Paim Lima
- Lívia Carla Guadanhim Bariani
- Luciana Moreira Schenk
- Lucienne Reis D’Avila
- Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro
- Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
- Michel Maesano Mancuelho
- Nicolau Bacarji Junior
- Regina Dornte Broch
- Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
- Ricardo de Melo Alves
- Ricardo Rotunno
- Thiago Barbosa da Silva
- Victor Leonardo de Miranda Taveira

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 895/2019-PGJ, DE 15.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli 6 (seis) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2007/2012 e 2012/2017, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/0862/2019).

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 896/2019-PGJ, DE 15.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/0981/2019).

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 892/2019-PGJ, DE 15.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Vanoni Torraca Júnior e Wellington Gradella Marthos, ocupantes do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201 e Jose Luiz Alvarenga de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Processante para apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos constantes no Processo PGJ/10/0934/2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 893/2019-PGJ, DE 15.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender preventivamente o servidor J.H.M. de suas funções laborais, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, ante a necessidade de afastamento para apuração dos fatos contidos no Processo PGJ/10/0934/2019, nos termos do artigo 250 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 849/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2404/2018-PGJ, de 12.7.2018, com a redação dada pela Portaria nº 3180/2018-PGJ, de 19.9.2018, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora abaixo, de forma que, onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vanessa de Lima Campos	2016/2017	20.8 a 3.9.2018	4 a 18.3.2019		

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vanessa de Lima Campos	2016/2017	20.8 a 3.9.2018	3 a 7.6.2019		4 a 13.3.2019

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 850/2019-PGJ, DE 12.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Farley Leles Froes Medeiros	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio Larrea Barcelos	2016/2017	10 a 19.9.2018	18 a 27.3.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Francimar Messias Assis Junior	2016/2017	26.9 a 5.10.2018	10 a 19.12.2019		22 a 31.10.2018
Rebeca Izepi Silva Monteiro	2016/2017	19 a 28.11.2018	15 a 24.4.2019		1º a 10.10.2018

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jorge Antonio Arantes Vilela	2016/2017	14 a 23.8.2019	18 a 27.11.2019		3 a 12.12.2018
Thallyta Iflan da Cunha Barbeta	2017/2018	19 a 28.11.2018	7 a 16.3.2019		14 a 23.1.2019

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Angelo Castelete	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Epsom Xavier Pereira	2016/2017	7 a 16.1.2019	1º a 10.10.2019		14 a 23.10.2019
Helio Mandetta Neto	2017/2018	13 a 22.2.2019	7 a 16.3.2019		7 a 16.1.2019
Nazira Quintana Hamer	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		21 a 30.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana Spengler Vavas	2014/2015	10 a 19.6.2019	14 a 23.10.2019		11 a 20.2.2019
Lucas Sanches Tizzo	2018/2019	8 a 17.7.2019	14 a 23.10.2019		19 a 28.2.2019
Luís Henrique Zaidan Blecha	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	16 a 25.9.2019		4 a 13.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafaela Rodrigues Francisco	2018/2019	11 a 20.3.2019	3 a 12.7.2019		22 a 31.3.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Farley Leles Froes Medeiros	2017/2018	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antonio Larrea Barcelos	2016/2017	10 a 19.9.2018	12 a 21.8.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Francimar Messias Assis Junior	2016/2017	26.9 a 5.10.2018	24.4 a 3.5.2019		22 a 31.10.2018
Rebeca Izepi Silva Monteiro	2016/2017	19 a 28.11.2018	14 a 23.8.2019		1º a 10.10.2018

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jorge Antonio Arantes Vilela	2016/2017	20 a 29.5.2019	14 a 23.8.2019		3 a 12.12.2018
Thallyta Iflan da Cunha Barbeta	2017/2018	19 a 28.11.2018	7 a 16.3.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	

Bruno Angelo Castelete	2017/2018	20 a 29.5.2019	20 a 29.11.2019		7 a 16.1.2019
Epsom Xavier Pereira	2016/2017	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		14 a 23.10.2019
Helio Mandetta Neto	2017/2018	13 a 22.2.2019	9 a 18.12.2019		7 a 16.1.2019
Nazira Quintana Hamer	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		30.1 a 8.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana Spengler Vavas	2014/2015	8 a 17.4.2019	24.6 a 3.7.2019		11 a 20.2.2019
Lucas Sanches Tizzo	2018/2019	8 a 17.7.2019	14 a 23.10.2019		5 a 14.2.2019
Luís Henrique Zaidan Blecha	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.7.2019		4 a 13.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafaela Rodrigues Francisco	2018/2019	18 a 27.3.2019	3 a 12.7.2019		28.3 a 6.4.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 851/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4331/2018-PGJ, de 17.12.2018, na parte que concedeu férias ao servidor Francimar Messias Assis Junior, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 22 a 31.7.2019, passe a constar: Período de Gozo – 8 a 17.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 852/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Julyanne Marcondes de Oliveira, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 23.4 a 2.5.2019, passe a constar: Período de Gozo – 15 a 24.7.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 868/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico de Contabilidade e Economia, no período de 18 a 27.3.2019, em razão de férias, e nos dias 28 e 29.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Luciana Aguiro Rivas Cavassa.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 869/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 25.2 a 1º.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 870/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor João Alexandre de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8.3 a 6.4.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 871/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 8.3.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 875/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 11 a 15.2.2019, em razão de férias da servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 876/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luanna Catina de Oliveira Lima, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de casamento em 1º.3.2019, de modo que passe a constar Luanna Catina Filete Nogueira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 877/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Jonathas Santos de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, seis dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 7.3.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 05/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

CONSELHEIRO RELATOR SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002257-5 (Sigiloso) - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000089-6 (Sigiloso) - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003529-2 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003337-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agente Fiscal do Posto de Ofaié - Assunto: Apurar suposto excesso em abordagem realizada por agente fiscal, lotado no Posto Fiscal Ofaié, em 27 de novembro de 2018, em desfavor de Dorlekson Neves de Barros, Saulo Albuquerque Sinigália e Fernando Saravali da Silva Jesus.

CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO SIUFI NETO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003592-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Rio Verde e a empresa T Z Miranda-ME. - Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação da empresa requerida para locação de Caminhão Caçamba Truck, para auxiliar na coleta de lixo, entulho e outros serviços, para atender à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, formalizada por meio do Contrato nº 009/2013, decorrente do processo nº 004/2013, com dispensa de licitação, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil), pelo prazo de seis meses. (IC nº 10/2014, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000551-3 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Sigma Energia S/A - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade na Pequena Central Hidrelétrica PCH Foz do Iguaçu do Saiju da empresa Sigma Energia S/A.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000711-9 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Glória de Dourados - Assunto: Apurar as condições jurídico-ambientais das áreas de preservação permanente que compõe as nascentes, parte do curso hídrico e o lago formado pelo córrego Dois de Junho, na cidade de Glória de Dourados. (IC nº 11/2015, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00002366-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Soraya Rodrigues Tavares Bambil - Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 50 54.809, S 21 23 55.500, em razão da supressão de 50.1146 hectares de vegetação nativa, na propriedade denominada fazenda Colina Verde, localizado no município de Porto Murtinho.

CONSELHEIRO RELATOR BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002685-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Angélica - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal de Angélica/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002894-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual omissão, por parte da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, quanto à fiscalização e arrecadação de IPTU relacionado ao imóvel objeto da Notícia de Fato nº 01.2018.00008646-0.

3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001600-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL - Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental da Estação Elevatória de Esgoto da Sanesul, localizada no bairro BNH, nesta cidade.

4) Inquérito Civil nº 14/2013 - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Denúncia anônima - Requeridos: Município de Campo Grande e CTG Tropeiros da Querência - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na permissão de uso de bens públicos localizados no bairro Vilas Boas, notadamente duas praças, bem como, noticiando eventual invasão de logradouro público.

CONSELHEIRO RELATOR JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000731-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar irregularidades no procedimento licitatório da reforma e conservação da Praça Silvio Ferreira. (IC nº 01/2010, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000253-5 - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa - Assunto: Fiscalizar o cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Inspeção VISA/MS 167/2016 pelo serviço de oncologia da Santa Casa de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003593-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Rio Verde Mato Grosso e Edeval Lourenço de Castro - ME. - Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação da empresa requerida para locação de caminhão coletor de lixo para atender à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, formalizada por meio do Contrato nº 010/2013, decorrente do processo nº 020/2013, com dispensa de licitação, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pelo prazo de 6 (seis) meses. (IC nº 09/2014, migrado para o SAJMP).

CONSELHEIRO RELATOR FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002673-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Controladoria-Geral Municipal do Município de Angélica - Assunto: Averiguar eventual omissão e ineficiência da Controladoria-Geral do Município de Angélica na prevenção e combate ao nepotismo local.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002131-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hermes Cano - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade fazenda Tupi, localizada às margens do Rio Apa.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000654-2 - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Inocência - Assunto: Averiguar possível ausência de Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar e Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico nos Centros de Educação Infantil do município de Inocência.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000110-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina- FUNSAU - Assunto: Regularizar a substituição dos servidores contratados pela Funsau-NA por aqueles aprovados em concursos públicos realizados pela citada fundação, integrante da administração indireta do município de Nova Andradina/MS.

CONSELHEIRO RELATOR EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001602-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual irregularidade, notadamente superfaturamento, em licitação manejada pela Prefeitura de Três Lagoas para aquisição de kits de limpeza (Pregão Presencial 078/2017).

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001607-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropastoril Triângulo Ltda. - Assunto: Apurar degradação ambiental da área de preservação permanente da margem esquerda do Rio Taquari localizada na fazenda Serrinha.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000591-0 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

4) Inquérito Civil nº 01/2007 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

CONSELHEIRA RELATORA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003152-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcio Nantes de Oliveira - Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente na supressão de 5,01 hectares de vegetação nativa, e de 8,68 hectares de vegetação natural em área de reserva legal, na fazenda Luzia, bioma Pantanal, sem a devida autorização legal, entre os anos de 2013 e 2015.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001273-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002591-7 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00002365-9 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Soraya Rodrigues Tavares Bambil - Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 50 54.809, S 21 23 55.500, em razão da supressão de 15,5853 hectares de vegetação nativa, na propriedade denominada fazenda Colina Verde, localizado no município de Porto Murtinho.

CONSELHEIRO RELATOR SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001412-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Thiago Sato da Silva - Assunto: Apurar eventuais irregularidades em região de nascente caracterizada como APP, em razão de drenagem com manilha de concreto. (IC nº 41/2015, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002678-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: DETRAN de Angélica/MS - Assunto: Apurar como

são guardadas e descartadas as placas de identificação dos veículos que se encontram sob os cuidados do DETRAN de Angélica/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002687-1 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Apurar - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Diretoria de Esportes do Município de Angélica/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000164-0 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

CONSELHEIRO RELATOR ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000028-4 (Sigiloso) - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003614-7 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003238-4 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade da Lei de incentivo promulgada em favor de empresas ligadas a construção de projetos habitacionais no município de Naviraí, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 11/REM/2015.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003453-8 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerentes: Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA e o Ministério Público Estadual - Requerida: Saúde Química Industrial Ltda. - EPP - Assunto: Averiguar eventual irregularidade na venda de álcool etílico 92,8° INPM sem registro e autorização de funcionamento emitido pela ANVISA.

Campo Grande, 15 de março de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

AVISO

2ª PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÕES

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a prorrogação do prazo de inscrições para o Concurso – “2º Prêmio de Jornalismo do Ministério Público de Mato Grosso do Sul” (Processo PGJ/10/2662/2018).

- Objetivo: O 2º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes, por meio de premiação, visa estimular, divulgar e prestigiar matérias jornalísticas veiculadas na imprensa que apresentem o trabalho do Ministério Público de Mato Grosso do Sul na defesa dos interesses da sociedade, por meio das competências e atribuições constitucionais da Instituição, assim como a contribuição em suas áreas de atuação relacionadas ao tema: “MPMS na defesa do Cidadão”;

Inscrições:

- Local: Exclusivamente por meio do portal <https://www.mpms.mp.br/premiojorgegoes>

- Período de inscrições: 18 de março de 2019 a 30 de junho de 2019.

- Horário e Local de atendimento: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual /PGJ (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 – Jardim Veraneio – Campo Grande/MS), das 8h às 11h e das 13h às 18h.

- Telefone para contato: (67) 3318-2135.

Retirada do Regulamento: por meio dos endereços eletrônicos www.mpms.mp.br/licitacao/concurso ou www.mpms.mp.br/premiojorgegoes ou na Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual – PGJ.

Campo Grande, 14 de março de 2019.

Comissão Organizadora do 2º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 117/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0605/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu representante por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **RENATO FERREIRA DOURADO-ME**, representada por **Renato Ferreira Dourado**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000582, de 07.02.2019.

Vigência: 21.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 118/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0463/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu representante por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LUIZARI & LUIZARI LTDA**, representada por **Lucilene Gomes Luizari**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 90,00 (noventa reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000624, de 08.02.2019.

Vigência: 21.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/PGJ/2018.

Processo PGJ/10/1847/2018.

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 - **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ronaldo Benkendorf**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018.

Amparo legal: artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: **Remanejamento de vagas**, sem ônus para o erário público, das funções de Recepcionista, Digitador, Auxiliar de Limpeza, Copeiro(a) e Auxiliar de Serviços Gerais/Ajudante de Armazém, previstas no instrumento contratual, a fim de atender às unidades deste *Parquet* nas comarcas de Campo Grande/MS, Dourados/MS, Amambai/MS, Angélica/MS, Deodápolis/MS e Nova Alvorada do Sul/MS; e o **acréscimo de valor**, no importe de R\$ 407,49 (quatrocentos e sete reais e quarenta e nove centavos), em virtude da transferência das vagas da função de Encarregado IV e Encarregado V para Encarregado II e Encarregado VI, respectivamente.

Valor mensal da contratação: R\$ 865.397,49 (oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos).

Vigência: 07.03.2019 a 31.12.2019.

Data da assinatura: 7 de março de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA

Extrato do Termo de Cooperação Mútua celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**; e **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, neste ato representada por sua Secretária, **Maria Cecília Amendola da Motta**.

Processo nº PGJ/10/2931/2018

Amparo Legal: Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; e Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Concessão de estágio não-obrigatório aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência no Ensino Médio oferecido pelas escolas vinculadas à SED/MS.

Vigência do Convênio: 17.01.2019 até 31.12.2019.

Data da assinatura: 17 de janeiro de 2019.

Extrato do **Contrato nº 6/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/4147/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME**, representada neste ato por **Gustavo Fialho Duarte** e por **Leandro da Cunha Amaral**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 54/PGJ/2018.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação serviços de comunicação de dados através do acesso à *Internet*, caracterizado como *link* redundante, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual mensal: R\$9.700,00 (nove mil e setecentos reais), perfazendo o valor contratual anual total de R\$116.400,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE00757, de 19.02.2019.

Vigência: 27.02.2019 a 27.02.2020.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0597/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA**, representada por **Everson Silva Leite**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 52/PGJ/2018-SRP - Ata de Registro de Preços nº 20/PGJ/2018.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de servidores, licença e equipamentos para expansão de sistema de comunicação (telefonía), incluindo os serviços de instalação, treinamento e suporte com garantia de 12 meses para aproximadamente 1.200 (um mil e duzentos) ramais em 52 sedes do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul na Capital e Interior do Estado, a fim de: atender a Resolução nº 156/2016 do CNMP e a Resolução nº 10/2018-PGJ que recomendam o uso de tecnologia de criptografia nos meios de comunicação por telefonia; reduzir significativamente os custos de ligações fixo-fixo, uma vez que todas as unidades da instituição poderão se comunicar a custo zero; reduzir os custos de ligações fixo-móvel através de ligações por gateways GSM; dispensar o uso e a manutenção do cabeamento dedicado especificadamente para telefonia; e atualização tecnológica do sistema de comunicação atual”.

Valor contratual total: R\$ 3.186.771,00 (três milhões, cento e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2019NE000035, 2019NE000036, 2019NE000037, 2019NE000038, 2019NE000039 de 08.03.2019.

Vigência: 13.03.2019 a 13.03.2020.

Data de assinatura: 13 de março de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0007/2019/49PJ/CGR – REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000431-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000431-5.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): A apurar

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade na concessão à empresa SHAHIN & CIA LTDA CNPJ N. 02.716.432/0001-29 de eventuais incentivos fiscais por meio de regime tributário especial.

Campo Grande/MS, 08 de março de 2019.

GEVAIR FERREIRA LIMA JUNIOR

Promotor de Justiça

DOURADOS**EDITAL 0009/2019/10PJ/DOS -**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000402-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto : Apurar a carência de estrutura material e humana do Núcleo Regional de Saúde em Dourados.

Dourados, 14 de março de 2019

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 0001/2019/09PJ/TLS

A 9ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido Procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, mediante inserção de senha de acesso que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça, a qual se encontra à disposição de interessados na Rua Elvirio Mario Mancini, 860 - Centro - 79601-160 - Três Lagoas.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000332-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul – 2º Batalhão de Polícia Militar em Três Lagoas/MS

Assunto/objeto: Apurar a situação relativa às atividades de apoio, fiscalização e guarda externa da Polícia Militar junto à Colônia Penal e Industrial Paracelso Lima Vieira de Jesus - CPI-PLVJ (Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto de Três Lagoas-MS).

Três Lagoas-MS, 08 de março de 2019.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 009-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000469-2 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000469-2– 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto Educacional Falcão

Objeto: Apurar suposta venda casada de produtos e serviços ofertados pela escola, vez que as apostilas adotadas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental somente podem ser adquiridas na instituição de ensino e mediante pagamento à vista.

Aquidauana - MS, 14 de março de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

EDITAL N.º 010-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000388-2 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000388-2– 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Pedro de Cerqueira Caldas e Alexandre de Cerqueira Caldas Neto

Objeto: Apurar desmatamento irregular de área de 205,64ha, ocorrido no imóvel rural denominado Fazenda União, de propriedade de Maria Pedro de Cerqueira Caldas e de Alexandre de Cerqueira Caldas Neto.

Aquidauana - MS, 14 de março de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

EDITAL N.º 011-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000394-9 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000394-9 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Monique Giordanetti de Souza Firmo

Objeto: Apurar desmatamento de 107,53 ha na Fazenda Primavera, localizada neste Município, de propriedade de Monique Giordanetti de Souza Firmo.

Aquidauana - MS, 14 de março de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

EDITAL N.º 012-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000395-0 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000395-0 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marize de Castro Rondon

Objeto: Apurar desmatamento de 74,65 há, no imóvel rural denominado Fazenda Cascavel, localizado neste Município, de propriedade de Marize de Castro Rondon, sem autorização do Órgão ambiental competente.

Aquidauana - MS, 14 de março de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0010/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002330-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002330-8

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Antônio João, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S/A - Distribuição, Comércio e Indústria, PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de vidro no Município de Antônio João

Ponta Porã/MS, 13 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002332-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002332-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Aral Moreira, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Aço Brasil, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S/A - Distribuição, Comércio e Indústria, PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda.

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de aço no Município de Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 13 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002333-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002333-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis, - ABRAFLEX, Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - AFREBRAS, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de alumínio no Município de Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 13 de fevereiro de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0013/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002334-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002334-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Aral Moreira, CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ, Associação Brasileira do Papelão Ondulado - ABPO, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas - ABIEA, Associação Brasileira da Indústria do Trigo - ABITRIGO, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV, Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP, SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de papelão no Município de Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 14 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0014/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002336-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002336-3

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Aral Moreira, CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - Abad, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de vidro no Município de Aral Moreira.

Ponta Porã/MS, 14 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0015/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002338-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002338-5

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã, CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira do Alumínio - ABAL, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV, Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade - ABRALATAS, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis, - ABRAFLEX, Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - AFREBRAS, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens compostas de alumínio no Município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 14 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0016/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002339-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002339-6

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ, Associação Brasileira do Papelão Ondulado - ABPO, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas - ABIEA, Associação Brasileira da Indústria do Trigo - ABITRIGO, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV, Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP, SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens compostas de papelão no Município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 14 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0017/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002340-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002340-8

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE, Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, ABIPET - Associação Brasileira da Indústria do Pet, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, PLASTIVIDA - Instituto Socioambiental dos Plásticos, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos -

ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas - ABIEA, Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis - ABIEF, Associação Brasileira de Polímeros - ABPOL, Associação Brasileira de Descartáveis - ABRADE, Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis, - ABRAFLEX, Associação Brasileira do Poliestireno Expandido - ABRAPEX, Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - AFREBRAS, Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC, Instituto do PVC, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., BRASKEM S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens compostas de plástico no Município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 14 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0018/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002342-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002342-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de vidro no Município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 14 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003601-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003601-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: fiscalizar o acesso a consulta em especialidade médica de endocrinologia em favor da cidadã Andréia Simões Candido

Ponta Porã/MS, 14 de março de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00000228-0**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente instrumento, celebrado nos autos de Inquérito Civil Público nº 06.2018.00000228-0, com fundamento no artigo 5º, parágrafo 6º da Lei n.º 7437, de 24 de julho de 1984, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, neste ato representado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Água Clara/MS, FELIPE ALMEIDA MARQUES doravante denominado COMPROMISSÁRIO, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS, CNPJ n.º 03.183.066/0001-77, estabelecida na Avenida Júlio Maia s/nº, Centro – BR 262, km 135, nesta cidade, neste ato representada pelo Prefeito EDVALDO ALVES DE QUEIROZ, brasileiro, portador do RG n.º 027355-SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º 205.728.671-15, residente e domiciliado na Rua Manoel Silvério do Nascimento, nº 17, nesta cidade de Água Clara/MS, assessorado pelo Procurador Jurídico Municipal Sr. ANTONIO ALVES BERTULUCCI, advogado inscrito na OAB/MS sob nº 5.670, residente à Rua Abelo Ferreira de Oliveira, 119, Bairro Jardim Aeroporto, nesta cidade, podendo ser encontrado na Procuradoria Jurídica do Município, junto ao Paço Municipal, doravante denominada COMPROMITENTE, celebram o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, conforme as razões e cláusulas abaixo expostas.

DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta com o fim de estabelecer o fiel cumprimento da Recomendação nº 0003/2018/PJ/ACL (páginas 269-276 do IC 06.2018.00000228-0), bem como dos princípios constitucionais, notadamente, os princípios que regem a Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal – legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência – que são autoaplicáveis, e, ainda, da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal que veda o nepotismo no âmbito da Administração Pública, a necessidade de realização de concurso público para provimento de cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Água Clara e a necessidade de regulação de situações transitórias.

CONSIDERANDO que, de acordo com a relação de servidores referente ao mês de dezembro/2018, haviam 483 (quatrocentos e oitenta e três) servidores contratados pela Prefeitura Municipal deste município, sem prévia aprovação em concurso público, conforme manda a regra do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, situação que até o momento não foi modificada.

CONSIDERANDO o número de Funcionários existentes atualmente nos quadros da Prefeitura e a necessidade de continuidade do serviço público em observância ao princípio da continuidade do serviço público, bem como a necessidade de adequação do quadro de servidores da Administração Municipal aos ditames da Constituição Federal, notadamente os previstos no art. 37, caput e incisos;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”;

CONSIDERANDO que o acesso ao serviço público por meios isonômicos é um direito fundamental do cidadão que deve merecer as proativas garantias de todos os operadores do direito, devendo ser o ingresso precedido de um procedimento impessoal onde se assegurem igualdade de oportunidades a todos interessados nos encargos oferecidos pelo Estado, a quem incumbe selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos – salvaguardando-se as nomeações fora dos casos de concurso público como excepcionais e sempre em casos limitados à estrita observância da legislação e dos Princípios Constitucionais;

CONSIDERANDO que tais princípios visam resguardar o interesse público na tutela dos bens da coletividade, sendo que, dentre eles, o da moralidade e o da impessoalidade exigem que o agente público paute sua conduta por padrões éticos que têm por fim último alcançar a consecução do bem comum, independentemente da esfera de poder em que atue;

CONSIDERANDO que, a contrario sensu do que apregoa como escorreito o Prof. Emerson Garcia ao tratar do nepotismo, agentes públicos que não ostentam equilíbrio e retidão de caráter não conseguem manter incólume a dicotomia entre o público e o privado, fazendo com que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar (Improbidade administrativa, 7ª ed., Saraiva, 2013, p. 570), acrescentando-se, desempenhar única e exclusivamente no interesse público, em favor do povo, real detentor do poder;

CONSIDERANDO que a situação existente e notória neste Município de nomeação de servidores que possuem vínculo de parentesco com autoridades municipais, tais como prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como para funções de confiança, o que faz com que a administração municipal se torne um verdadeiro “negócio”, um jogo de interesses escusos chamado “nepotismo”, onde o mérito não é levado em conta, mas sim o sangue que corre nas veias dos beneficiários;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação nº 0003/2018/PJ/ACL, que tratou de contratações que configuram nepotismo no âmbito deste município, bem como recomendou a adoção imediata de providências necessárias à realização de concurso público para provimento dos cargos existentes na estrutura administrativa do município, a fim de regularizar a caótica situação fática e jurídica consistente no elevado número de servidores contratados emergencialmente para o exercício de atividades permanentes e ordinárias da administração pública municipal;

CONSIDERANDO que a ausência do requisito da impessoalidade na escolha ofende os princípios da eficiência e da igualdade, pois é fato público e notório que o critério de escolha não é a capacidade, nem a aptidão para o trabalho, mas fator outro, sempre antiético, imoral e antirrepblicano, a ferir o senso comum, que é justamente a concessão de cargos e funções na Administração Pública pela relação de parentesco que tem entre si ou com um agente político aliado;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da situação fática e jurídica transitória entre o momento atual e conclusão do concurso público para provimento dos cargos de provimento efetivo previstos na legislação municipal (Lei Municipal nº 877/2013, e seu anexo – páginas 19-27, do IC 06.2018.00000228-0), e para eventuais alterações legislativa que se façam necessárias para o atendimento integral do interesse público primário, conforme informações prestadas pelo Procurador Jurídico Municipal às páginas 19-23 que reconhece “O grande problema da administração municipal de Água Clara encontra-se na questão dos contratos de pessoal. (...) Entretanto, creio que existem situações que extrapolam em demasia as justificativas das contratações.”;

CONSIDERANDO que o atual prefeito já fora condenado em sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 08000154-71.2013.8.12.0049 em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa consistente na contratação temporária de professores em detrimento de professores aprovados em concurso público que aguardavam nomeação e posse, sentença que, conquanto ainda não tenha transitado em julgado, constitui forte indicação de necessidade de mudança e adaptação ao ordenamento jurídico vigente;

CONSIDERANDO que a condenação supracitada levou em conta o ato ímprobo consistente em efetuar 66 contratações temporárias de professores para a rede municipal, no ano de 2012, mesmo havendo aprovados no concurso público para tal fim. E que, nos anos de 2010 e 2011, foram realizadas, respectivamente, 48 e 59 contratações irregulares de professores. Referidas contratações facilitam o uso da máquina pública para fins politíqueiros, pois permitem perseguições e apadrinhamentos. Ademais a Constituição Federal determina que os cargos públicos sejam providos por concurso público e não há excepcionalidade e temporariedade nas referidas contratações, motivo pelo qual foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade;

CONSIDERANDO a necessidade na continuidade do serviço público, observando os princípios administrativos, em especial, legalidade, moralidade, eficiência e continuidade, assim como a necessidade de observância ao ordenamento jurídico constitucional;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do Concurso Público para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo previstos na Lei Municipal nº 877/2013 e seu anexo – páginas 19-27, do IC 06.2018.00000228-0, o Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Água Clara/MS, acordam que:

1) A Prefeitura se obriga a publicar no prazo de 06 (seis) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, edital de abertura de Processo de Licitação ou de processo de justificação para contratação de empresa idônea e de notória e reconhecida experiência e especialidade na realização de concursos públicos, para a realização de concurso público, observando o trâmite do processo administrativo competente;

2) Após a realização do concurso público a imediata convocação dos aprovados, no prazo de 30 (trinta dias), verificadas as condições exigidas em edital;

3) De um lado, considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestadas à população a cargo da Prefeitura deste município, e de outro, considerando a impossibilidade de provimento dos cargos de provimento efetivo sem a realização de concurso público de provas e ou provas e títulos, a situação transitória que medeia entre a assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta e a realização do referido certame será regulada da seguinte forma:

3.1. Para cada cargo de provimento efetivo previsto na Lei Municipal nº 877/2013 e seu anexo será contratado, por meio de contrato temporário de excepcional interesse público, cuja duração e termo final ficará sob a condição resolutiva consistente no preenchimento do respectivo cargo efetivo por meio de concurso público, servidor temporário para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

3.2. Em relação a outras funções atualmente desempenhadas por outros trabalhadores contratados temporariamente e emergencialmente - contratados de maneira ilícita porquanto se tratam de situações que não se enquadram nas hipóteses constitucionalmente aceitas para contratações temporárias - e que atualmente vem sendo desempenhadas por esses contratados que, conforme dados extraídos do site da Prefeitura, totalizavam 483 (quatrocentos e oitenta e três) em dezembro/2018, e que não possuem previsão legal de existência na Lei Municipal nº 877/2013 e seu anexo (que trata do plano de cargos e salários da Prefeitura), a manutenção dos contratos dos referidos profissionais ficará condicionada à alteração legislativa da referida Lei Municipal a fim de criar novos cargos de provimento efetivo correspondentes a estas funções, caso sejam imprescindíveis e indispensáveis à continuidade dos serviços públicos a cargo da Prefeitura e não seja caso constitucionalmente previsto para essas contratações temporárias. Caso aprovada a referida alteração legislativa, fica possibilitada a contratação temporária de excepcional interesse público até o provimento dos cargos efetivos por meio de concurso público, conforme a regra prevista no item 3.1 supradescrito.

4) Visando a segurança jurídica necessária ao desempenho dos serviços públicos e das atividades funcionais dos funcionários contratados, o presente instrumento, fundamentado na situação fática existente, configurador de quadro caótico de ilegalidades, e na necessidade de adequação à Constituição Federal, notadamente de adequação aos princípios administrativos, fica afastada, desde já, caso cumpridos rigorosamente os termos previstos neste, qualquer elemento subjetivo caracterizador de ato de improbidade a partir da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta no que tange ao objeto aqui tratado;

5) Deverá ser dada publicidade a este Termo de Ajustamento de Conduta e dos resumos das contratações temporárias que serão efetuadas/prorrogadas/mantidas, em observância ao princípio da publicidade e transparência da administração pública, no site da Prefeitura Municipal e mediante publicação em Diário Oficial do Município, do resumo do contrato de modo a dar publicidade ao ato;

6) A Prefeitura não poderá contratar outros funcionários além daquele número já existente, podendo somente efetuar substituições, em caso de pedido de demissão ou exoneração de funcionário, salvo eventuais alterações que se fizerem na Lei Municipal 877/2013 deste município no que tange à situações acima descritas;

7) A Prefeitura Municipal se obriga a instalar em suas dependências, ponto eletrônico para averiguação e fiscalização da frequência de funcionários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prazo este para aquisição mediante procedimento licitatório pertinente, tendo em vista que já fora concedido prazo de 30 (trinta) dias por meio da Recomendação nº 0003/2018/PJ/ACL, em seu item nº 3;

8) O presente TAC obriga o Gestor Administrativo e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal, não sendo especificamente vinculado a pessoa física ocupante do cargo de Prefeito que assina este ato;

9) Em caso de descumprimento, as partes retornam ao status quo ante permitindo a investigação ministerial e ajuizamento de ação civil pública para apuração e responsabilização de eventual cometimento de ato improbidade administrativa, em razão a contratação irregular de funcionários e outras situações ilegais.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O prazo para cumprimento do presente termo será de conforme as obrigações especificadas nos itens acima, contados a partir de sua assinatura.

O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial conforme artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei n.º 7347, de 24 de julho de 1985 e artigo 784 do Novo Código de Processo Civil, de modo que seu descumprimento total ou parcial ensejará a propositura da respectiva ação executiva, sem prejuízo da responsabilização pessoal de seus signatários.

O descumprimento total ou parcial do presente ajuste acarretará para a COMPROMITENTE o pagamento de multa diária no valor equivalente a R\$1.000,00 (mil reais), a ser revertido para fundo indicado pelo Ministério Público.

Caso o Ministério Público Estadual constate o descumprimento de alguma cláusula do presente ajuste, notificará imediatamente a COMPROMITENTE para que proceda à devida correção, no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento da notificação. Escoado o prazo sem a devida regularização, a multa passará a ser computada na forma referida.

A execução da pena de multa não exclui a possibilidade da propositura de medidas judiciais de qualquer espécie pelo Ministério Público para o caso de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, bem como para a responsabilização pessoal das respectivas autoridades responsáveis.

E por estarem ajustados, o presente Termo de Ajustamento de Conduta às normas legais pertinentes vai assinado em duas vias de igual teor e com validade plena.

Água Clara/MS, 28 de fevereiro de 2019.

PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS

EDVALDO ALVES DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

- 1) NOME: Antonio Alves Bertulucci
CPF n.º: 107.789.001-00
- 2) NOME: Luiz Lucio da Silva Neto
CPF n.º: 019.961.891-74
- 3) NOME: Élisson de Oliveira Pires
CPF n.º: 019.057.931-54
- 4) NOME: Rozilda Queiroz Vida
CPF n.º: 615.316.261-49

DEODÁPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPEDUC) NO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Eduardo Gonçalves e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Promotor de Justiça Anthony Állison Brandão Santos, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, no âmbito do Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000294-6/2015, da Promotoria de Justiça de Rio Brilhante-MS, e do Inquérito Civil n. 1.21.001.000370/2014-65, da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS, instaurados para implantação e acompanhamento do projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC) no município de Deodápolis-MS para verificar a efetividade dos programas do MEC/FNDE, convocam Audiência Pública, a realizar-se no dia 26 de março de 2019, às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Deodápolis/MS, localizada na Avenida Francisco Alves da Silva, 443, CEP 79790-000, em Deodápolis, com o objetivo de prestar contas sobre os trabalhos desenvolvidos no projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), com respectivos resultados. Da Audiência Pública será lavrada, em até 20 (vinte) dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo disponibilizada aos interessados após o referido prazo. As inscrições são necessárias apenas para aqueles que quiserem fazer o uso da palavra e podem ser realizadas na Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, situada na Rua Francisco Alves da Silva, 103 – Edifício do Fórum, Tel (67) 3448-1455, ou por meio do endereço eletrônico: pjdeodapolis@mpms.mp.br, até as 18 horas do dia 25 de março de 2019, estando o número de participantes limitado à capacidade do auditório.

Divulgue-se o presente Edital.

De Dourados para Deodápolis, 14 de março de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

EDUARDO GONÇALVES
Procurador da República

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0007/2019/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00000355-0.

Requerente: Ministério Público Estadual, Wilson Pedro Gomes, José Aparecido da Silva e Reonaldo Nascimento dos Santos

Requerido: Reginaldo Faian

Assunto: Apurar eventuais danos causados ao meio ambiente e aos sericicultores, em razão da prática de pulverização de agrotóxicos realizada pelo requerido, na região da Sétima Linha, Nascente, neste município de Glória de Dourados.

Glória de Dourados/MS, 14 de março de 2019.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL N: 0008/2019/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00000378-2.

Requerente: Ministério Público Estadual, Moisés José da Silva e Eliane Alves dos Santos

Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fornecimento de energia elétrica aos moradores do Assentamento Aimoré, município de Glória de Dourados/MS.

Glória de Dourados/MS, 14 de março de 2019

BIANKA M.A. MENDES

Promotora de Justiça em substituição legal

NIOAQUE

EDITAL Nº 06.2019.00000421-5

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, comarca de Nioaque.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000421-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorival Basso

Assunto: Apurar possível degradação ambiental, consistente em exploração de vegetação nativa sem autorização ambiental, no imóvel rural denominado Fazenda São João, de propriedade de Dorival Basso.

Nioaque, 14 de março de 2019.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

EDITAL N° 06.2019.00000422-6

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000422-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Maragno

Assunto: Apurar possível degradação ambiental, consistente na exploração de vegetação nativa, sem autorização ambiental, no imóvel rural denominado Fazenda Santo Antônio, de propriedade de Luiz Maragno.

Nioaque, 14 de março de 2019.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça